

Freud e o debate histórico em torno da distinção entre *Kultur* e *Zivilisation* no pensamento alemão: um estudo teórico¹

Gabriel Crespo Soares Elias²

RESUMO O presente artigo se propõe a apresentar como Freud concebe em sua obra a noção de cultura (*Kultur*), marcada por um debate tradicional no pensamento alemão. Apresentaremos como os alemães distinguem cultura (*Kultur*) e civilização (*Zivilisation*) e buscaremos discutir as razões políticas e teóricas que levaram Freud a recusar tal distinção tão cara ao pensamento intelectual alemão. Este estudo teórico se propõe a demonstrar a especificidade do uso da noção de *Kultur* por Freud em um contexto social de franco crescimento do antissemitismo e extremismo contra os judeus.

PALAVRAS-CHAVE Psicanálise; História; pensamento alemão; cultura (*Kultur*); civilização (*Zivilization*).

*“Se você tem uma ideia incrível
É melhor fazer uma canção
Está provado que só é possível filosofar em alemão (...)”
(Caetano Veloso, Língua, 1984)*

1. Trabalho derivado de um capítulo da dissertação de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2. Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Psicólogo formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Introdução

Sigmund Freud nasceu na cidade de Příbor, na antiga Tchecoslováquia, no ano de 1856, mas se mudou ainda na infância para Viena, capital da Áustria, onde viveu até seu exílio em 1938, devido à anexação do país pela Alemanha nazista e aos riscos que as políticas raciais impuseram ao povo judeu. Apesar do inventor da psicanálise não ter cultivado concepções de mundo metafísicas e religiosas, ele sempre se compreendeu como um judeu que tinha como língua materna o alemão e pertencia à cultura germânica (Jones, 1989).

A noção de cultura (*Kultur*), que aparece nos escritos que Freud dedicou ao tema, se refere a todas as realizações que diferenciam a vida do homem civilizado (*Kultur Mensch*) da vida do seu ancestral animal. Vejamos como Freud (1930/2020) apresenta o que é a noção de cultura para si:

A palavra “cultura” [*Kultur*] caracteriza a soma total das realizações e dos dispositivos através dos quais a nossa vida se distancia da de nossos antepassados animais e que servem a duas finalidades: a proteção do ser humano contra a natureza e a regulamentação das relações dos seres humanos entre si (p. 337).

Freud (1927/2020) rejeita a oposição entre as noções de *Kultur* e *Zivilisation*, porque considera que tanto os esforços civilizatórios em prol da construção das regras de convivência quanto as realizações artísticas e intelectuais, propriamente denominadas de atividades culturais (*kulturell*), operam na mesma direção, a saber, a de elevar o homem (*Mensch*) da sua inclinação original à agressividade e à destruição. Nas palavras de Freud (1927/2020),

A cultura humana – quero dizer, tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de suas condições animais e em que ela se distingue da vida dos animais – e recuso-me a separar cultura [*Kultur*] de civilização [*Zivilisation*] – mostra ao observador, como se sabe, dois lados. Em um deles, ela abrange todo o saber e a capacidade que os seres humanos adquiriram para dominar as forças da natureza e extrair desta seus bens para a satisfação das necessidades humanas; e no outro, todos os dispositivos necessários para regular as relações dos seres humanos entre si, e especialmente a distribuição dos bens acessíveis. *Essas duas orientações da cultura não são independentes uma da outra* (p. 234, grifo nosso).

No contexto cultural alemão do século em que Freud se formou, os termos germânicos *Kultur* (cultura) e *Zivilisation* (civilização) tinham definições distintas e eram usadas pelos escritores, intelectuais e poetas para designar coisas opostas (Iannini & Tavares, 2020, p. 15). Enquanto o termo *Kultur* se refere ao conjunto de conhecimentos supostamente mais elevados sobre a arte e a ciência, *Zivilisation* seria o conjunto de regras e costumes que visam controlar as funções corporais e emocionais para uma convivência considerada adequada em público (Elias, 1993).

O antagonismo entre *Kultur* e *Zivilisation* no debate próprio ao pensamento alemão, que nasceu da rivalidade entre a burguesia e a aristocracia na Alemanha dos séculos XVI-XVIII, representava mais do que uma simples querela, mas, principalmente, o modelo de sociedade que cada uma dessas classes almejava. De um lado, os aristocratas almejavam um modelo civilizado aos moldes da sociedade de corte francesa; do outro lado, os burgueses se compreendiam como responsáveis pela construção de uma identidade cultural que pudesse exprimir o espírito do povo germânico (Elias, 1994).

Embora a distinção entre cultura e civilização fosse relevante na tradição do pensamento alemão, ao escrever o ensaio intitulado *O futuro de uma ilusão*, datado de 1927, Freud afirma que se recusa a separar *Kultur* e *Zivilisation*, pois considera que ambas cumprem com o propósito de, ao mesmo tempo, elevar as necessidades humanas para além das condições primitivas e animais originárias. A primeira teria por finalidade o domínio sobre a natureza, a proteção contra as intempéries e a extração de bens para suprir as necessidades humanas. A civilização cumpriria com o objetivo de regulamentar a vida em comunidade através da lei, das proibições e das instituições. Tanto os esforços para as conquistas culturais quanto para os avanços civilizatórios consistiam em um trabalho de cultura (*Kulturarbeit*), um esforço constante de mobilizar as pulsões a favor do fortalecimento da sociedade (Freud, 1927/2020, p. 234-235).

Cabe salientar que o termo germânico que Freud mais utilizou foi *Kultur*, sobretudo nos escritos em torno do problema da cultura entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930, isto é, o período em que foram produzidos ensaios intitulados *O futuro de uma ilusão* (1927) e *O mal-estar na cultura* (1930), e a carta de resposta enviada ao físico Albert Einstein intitulada *Por que a guerra?* (1933). As três obras tratam do problema da *Kultur*, versam tanto sobre a impossibilidade do humano ser plenamente feliz, do sofrimento que advém de múltiplas fontes, quanto dos conflitos que levam os países à guerra (Iannini & Tavares, 2020).

Ao recorrermos à história, observamos que as questões apresentadas e discutidas por Freud em seus escritos, sobretudo neste período entre 1927 e 1933, não nasceram isoladas de um contexto social e político. Tal momento é marcado pelo franco crescimento dos movimentos políticos nacionalistas e antisemitas na Itália governada por Benito Mussolini e na Alemanha governada por Adolf Hitler. O termo germânico *Kultur*, que nasceu na classe média burguesa formada nas universidades e representou o esforço de gerações de poetas, filósofos e escritores na direção de uma formação de uma identidade nacional independente do modelo aristocrático francês, foi ressignificado de acordo com os interesses e pressupostos destes movimentos políticos. A noção de *Kultur* passou a ser requerida pela vanguarda acadêmica nazista como um atributo do homem ariano. Os problemas culturais, econômicos e morais foram associados à figura do judeu, acusado de ser um indivíduo sem pátria e, portanto, sem amor pelos mesmos ideais nacionalistas (Silva, 2010; Patriota, 2013).

Considerando que Freud sempre conferiu grande importância ao uso das palavras, pensamos que não foi fortuita a sua escolha pela noção germânica de *Kultur* para tratar do conflito entre a força constante da pulsão e o laço social, que atravessa toda a sua obra. Do mesmo modo, a sua recusa em distinguir entre *Kultur* e *Zivilisation*, provavelmente, tem relação com o desconforto com os usos políticos, científicos e filosóficos que cada um destes termos enseja. A preocupação freudiana com os conceitos foi comentada pelo psicanalista francês Jacques Lacan (1959-1960/1988), que afirmou que o criador da psicanálise “nunca acolhe os conceitos de maneira neutra, banal. Para ele, o conceito tem sempre uma importância verdadeiramente assumida” (p. 51).

No presente estudo teórico, apresentamos a perspectiva histórica da gênese dos conceitos de cultura e civilização, sobretudo a partir da obra do sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990), com o propósito de compreender como se constituiu na Alemanha um debate entre as noções de cultura (*Kultur*) e civilização (*Zivilisation*) que se tornou um divisor entre as classes burguesas e aristocráticas entre os séculos XVII e XIX. Tanto para a tradição intelectual alemã, da qual Freud se inscreveu como um de seus autores mais influentes do século XX, quanto para o contexto de extremismo político e ódio aos judeus que fez parte dos últimos anos de vida do criador da psicanálise, faz-se necessário compreender a história e a gênese das noções de cultura e civilização e a postura de Freud diante deste problema próprio à sua língua e à sua letra – germânicas.

Cortesia e civilidade: a França como modelo de sociedade de corte

De acordo com Elias (1994), a noção alemã de civilização (*Zivilisation*) tem uma gênese social mais complexa, se comparada à noção de cultura (*Kultur*). Segundo o autor, para apreender o sentido de civilização é necessário tomá-la como um processo que teve origem no século XIII, na Idade Média tardia. A partir das noções de cortesia e civilidade, a sociedade de corte francesa serviu de modelo para o comportamento da população ocidental na direção daquilo que em nossos dias consideramos ser fundamental para o convívio social.

Do século VI até o século XI, a sociedade europeia se organizava em feudos, pequenas aldeias autossuficientes cercadas por muros altos que serviam para a delimitação das terras e que protegiam dos ataques de outros povos. Dentro de cada feudo havia um senhor, que detinha aquela propriedade, os membros da Igreja, a nobreza e os guerreiros – denominados de sociedade de corte –, e os servos. O senhor de cada feudo mantinha uma teia de alianças políticas e estratégicas com outros senhores feudais. Desse modo, garantiam que os limites entre as suas terras fossem respeitados e, em caso de ataque do inimigo, que houvesse cooperação para detê-lo. Os camponeses e artesãos produziam alimentos, produtos e vestimentas para suprir as necessidades do feudo. Os sacerdotes eram responsáveis pelo controle das relações dentro de cada estrato social. A partir do ensino eclesiástico, o clero mantinha a ordem no feudo, legitimava as relações servis e mantinha os aldeões, que formavam a maior parcela da população feudal, controlados e submissos. Os cavaleiros cumpriam uma função específica, a de garantir a segurança do senhor feudal e de suas terras. Por sua vez, a nobreza não produzia nada, era a detentora das terras e vivia do que se denominou de *courtesie* (Elias, 1993, p. 58-65).

A noção de *courtesie*, cortesia, nasceu na sociedade de corte francesa, no século XIII, como um padrão de tratamento diferenciado que os nobres deveriam manter em seus círculos. Todo ato da corte deveria ser respeitoso e prestigioso, sobretudo ao se dirigir aos monarcas e ao clero. As funções da nobreza consistem em prestar auxílio ao senhor feudal em suas deliberações estratégicas e políticas e organizar festas. A fim de distinguir entre aqueles que pertenciam ou não à corte, entre os nobres e plebeus, a aristocracia francesa criou o adjetivo “cortês”, que designa aquele ou aquilo que é da corte (Elias, 1993).

Os aristocratas franceses associavam seus hábitos e códigos de “boas maneiras” às noções de polidez, precisão e fineza e, em contrapartida, associavam

os hábitos dos camponeses às noções de rudeza, exagero e grosseria. A nobreza francesa disseminou para as demais cortes europeias a ideia de que os seus hábitos eram superiores não somente aos da plebe, mas também aos daqueles que não seguiam o seu padrão de *courtesie* (Elias, 1994). Desse modo, o seu comportamento, as suas vestimentas, a sua arquitetura, a sua estética artística, os seus costumes e as suas convenções foram praticamente reproduzidos pelas demais aristocracias europeias, que tinham como modelo de sociedade a corte francesa. Nas palavras do sociólogo, “(...) a *courtesie* foi um passo no caminho do que finalmente levou ao nosso próprio molde afetivo e emocional – um passo em direção da ‘civilização’” (Elias, 1993, p. 85).

A partir do século XVI, a noção que melhor expressou o ideal aristocrático também se originou na França. O substantivo *civilité* (civildade) foi disseminado pela Europa através de pequenos livretos que descreviam o modo correto de se portar em público e privado, e logo se transformaram em uma forma de exigência de autocontrole do comportamento e das expressões emocionais a que cada indivíduo deveria se submeter (Elias, 1993).

No início da popularização destes manuais, estes foram consumidos também pelas classes inferiores, que passaram a incorporar os hábitos e costumes da corte. Por conta disso, começaram a ser produzidos manuais nas línguas da plebe e, como a maioria da população não sabia ler, eles eram ricos em gravuras que ilustravam a forma civilizada de como se sentar à mesa, como comer, como andar, como se vestir, como conversar, como dormir. Uma das regras de um livro de etiquetas da época dizia que não era educado falar com alguém durante as refeições ou quando alguém estivesse defecando (Elias, 1994).

O estudo dos manuais de etiqueta que marcaram o período final da era medieval traz dois principais benefícios, o primeiro dos quais é extrair os elementos que indicam como era a vida dos indivíduos antes do surgimento dos manuais. O autor argumenta que, se os manuais de etiqueta se destinam a ensinar às pessoas adultas daquela época as coisas que hoje em dia ensinamos apenas às crianças, o comportamento dos adultos antes da noção de civildade era mais próximo do que observamos no comportamento das crianças antes de serem educadas pelos pais. Em outras palavras, as regras de higiene, de como se dirigir educadamente a alguém, de como comer em público, de como não ser indelicado em uma conversa, nem sempre foram óbvias para adultos da época, assim como não o são para as crianças (Elias, 1994).

Entre os séculos XIII e XVI, o sociólogo afirmou ter localizado no momento histórico em que surgiram os primeiros manuais de civildade a gênese

do processo de controle das funções corporais e emocionais que ele denominou de processo civilizador. Embora o autor considere que, desde o início das comunidades, foi necessário que o homem regulasse os seus impulsos, principalmente os de agressividade, foi durante o surgimento dos manuais que, pela primeira vez na história, ocorreu um processo homogêneo de controle das emoções e das ações individuais a partir do padrão de civilidade de uma classe social específica, a saber, a aristocracia francesa (Elias, 1994).

A respeito da história dos manuais de etiqueta, cabe salientar que os manuais destinados aos adultos foram praticamente extintos a partir do século XVI, surgindo manuais dedicados exclusivamente à educação das crianças. O sociólogo sustenta a hipótese de que os adultos até o século XVI precisaram aprender a serem civilizados pelo fato de não terem passado pelo processo civilizador durante a infância, tendo em vista que “ser civilizado”, aos moldes da noção francesa de *civilité*, não era uma exigência feita a todos. Passadas algumas gerações, os adultos já haviam naturalizado os ditos hábitos civilizados e prescindiram de manuais que lhes ensinassem como se comportar. No entanto, cada criança, ao nascer, é uma espécie de pequeno selvagem que precisa aprender em poucos anos a ser civilizado. Segundo o sociólogo “a aprendizagem dos autocontroles e a consequente moderação dos impulsos e emoções mais animais, em suma, a civilização do ser humano jovem jamais é um processo indolor, e sempre deixa cicatrizes” (Elias, 1993, p. 205).

A língua, as regras e os costumes que compõem a cultura são transmitidos às crianças pelos pais e pelos outros membros da sociedade, tais como os médicos, conselheiros e educadores, como uma forma de civilizá-las, a fim de que adquiram o autocontrole de seu agir, de seu falar e de seu sentir. Os manuais de educação de crianças surgiram para auxiliar os adultos no processo, sempre necessário, de civilizar as crianças, ou seja, transmitir a elas o necessário para a convivência na sociedade (Elias, 1994, p. 145).

Iluminismo, civilização e progresso

Segundo Elias (1994) e Moura (2009), foi exatamente no ano 1757 que surgiu pela primeira vez o termo *civilisation* (civilização), derivado de *civilité* (civilidade), na obra intitulada *L'Ami des Hommes*, escrita pelo mãos do conde de Mirabeau, escritor e político francês. Inicialmente, a noção de civilização preservou o sentido do termo de origem. No entanto, foi utilizado, sobretudo nos séculos

subsequentes, como uma expressão do orgulho das potências ocidentais em relação aos ditos povos não civilizados.

No final do século XVIII, sobretudo no século XIX, o termo civilização foi utilizado pelos Estados nacionais europeus como uma forma de requerer para si uma superioridade com relação aos demais povos. Os hábitos, as regras, as atividades intelectuais, tecnológicas e artísticas das nações europeias foram considerados como atributos de uma civilização superior. Acerca disso Elias (1994) comenta:

Ele [o termo civilização] resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo (p. 23, grifos do original).

As potências ocidentais, principalmente os franceses e ingleses, acreditavam ter que levar aos outros continentes o progresso semelhante ao seu. As ditas conquistas da civilização deveriam ser desenvolvidas nas terras dos ditos povos bárbaros. A concepção de povo civilizado que deveria levar o progresso aos bárbaros deve-se, sobretudo, ao Iluminismo, movimento intelectual e filosófico francês que dominou o debate na Europa do século XVIII. A importância do Iluminismo na história ocidental é tamanha que o seu século foi chamado como século das luzes (Durant, 1996).

A partir dos relatos dos navegadores sobre a vida dos habitantes do Novo Mundo, amplamente disseminados por toda a Europa desde o século XVI, os pensadores iluministas Voltaire, Montesquieu e Diderot criaram o antagonismo entre as noções de civilização e de barbárie, entre luzes e sombras, entre razão e selvageria. A primeira concepção dos intelectuais franceses sobre os povos tribais descobertos no Novo Mundo foi como o contraponto daquilo que eles mais prezavam, isto é, a civilidade, os bons costumes, a polidez, a razão (Marcondes, 1997, p. 148).

A noção de civilização foi a métrica utilizada pelos exploradores europeus para classificar e distinguir os povos habitantes da África, da Ásia e das Américas. Os povos que tinham divisão de tarefas, funções e hábitos semelhantes ao padrão europeu de civilidade eram considerados semicivilizados e poderiam se tornar plenamente civilizados por meio da colonização. Aqueles que tinham hábitos muito distintos dos europeus, como os povos indígenas

que habitavam as Américas, sobretudo os que tinham hábitos canibais, eram chamados de povos bárbaros (Marcondes, 1997, p. 149-151).

Além de contrapor civilização e barbárie para tratar da relação com os povos primitivos do Novo Mundo, os intelectuais franceses usavam a mesma fórmula para designar aqueles que, por alguma razão, deliberassem por abdicar da educação nos debates, bem como dos bons costumes. Caso o homem civilizado se esquecesse dos preceitos de civilidade, ele estaria se aproximando da condição de selvagem, bárbaro, rude, inferior. A forma como usamos o termo civilizado até os nossos dias equivale ao sentido conferido pelo iluminismo (Silva & Silva, 2009, p. 59).

No século XIX, o filósofo francês Auguste Comte postulou as bases do positivismo, corrente filosófica que influenciou o pensamento intelectual e a formação das ciências humanas e sociais, como a sociologia. Segundo Comte (2005), existe uma hierarquia entre os povos e as sociedades, e todas estas deveriam caminhar para um só fim, o progresso (*progrès*).

A noção positivista de progresso, postulada por Comte, serviu de fundamento filosófico para o neocolonialismo, isto é, a partilha dos povos ditos “atrasados” e de territórios da África e da Ásia pelas autoproclamadas nações europeias “civilizadas”, no final do século XIX e no início do século XX. As nações europeias consideravam intelectualmente legítimo colonizar aqueles povos. Para os colonizadores europeus, eles estariam, a um só tempo, levando ordem para uma sociedade atrasada e ajudando-a atingir o progresso, que seria, segundo o positivismo, a finalidade dos povos e das sociedades (Silva; Silva, p. 57).

Enquanto os demais países orgulhavam-se do conjunto de hábitos e costumes que compreendem a noção de civilização, os alemães, por sua vez, não compartilharam do orgulho pela *Zivilisation* (Elias, 1997). O sentido de civilização para os alemães consistia na valorização superficial das aparências e o refinamento das ações e emoções em prol de convenções sociais de sociedade terceiras, alheias às raízes do povo germânico (Elias, 1994).

Embora a aristocracia alemã tenha assimilado e reproduzido o modelo de civilização da sociedade de corte francesa, tendo traduzido o termo francês *civilisation* para *Zivilisation*, o sentido deste termo para os alemães perde o grau de importância que tem para as outras nações europeias. “Já no emprego que lhe é dado pelos alemães, *Zivilisation* significa algo de fato útil, mas, apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa dos seres humanos, a superfície da existência humana” (Elias, 1994, p. 24).

Para a burguesia alemã formada nas universidades nos séculos XVIII e XIX, o esforço humano deveria ser voltado para construção de uma *Kultur* (cultura). Esta, sim, seria capaz de exprimir o orgulho do povo germânico e alçá-lo a grandes conquistas, a começar pelo conhecimento de si e de suas raízes nórdicas. Nas palavras de Elias (1994), “A palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é *Kultur*” (p. 23).

De acordo com Elias (1994, p. 25-26), o que explica o fato dos termos “civilização” e “cultura” não terem sido considerados como equivalentes na Alemanha foi a rivalidade profunda entre as classes aristocrática e burguesa. Diferentemente das demais sociedades de corte europeias, a aristocracia alemã não tolerou uma espécie de mesclagem com a burguesia nascida no século XI.

Adiante apresentamos de forma breve o surgimento da burguesia e a sua rivalidade com a aristocracia alemã para compreender o contexto em que se formou o antagonismo entre as noções de cultura (*Kultur*) e civilização (*Zivilisation*), que é tão caro ao debate intelectual alemão do qual Freud é um dos principais expoentes, sendo considerado pela história como um dos escritores de língua germânica mais influentes do século XX.

A rivalidade entre burgueses e aristocratas no contexto histórico da sociedade alemã

Durante o período que se denominou de Idade Média, as trocas comerciais entre os povos se tornaram incomuns no continente europeu, a produção de bens agrícolas e artesanais de cada feudo era voltada para atender as suas próprias necessidades. A partir do século XI, aqueles camponeses e artesãos que conseguiam produzir para além do que era exigido para satisfazer as necessidades de suas aldeias formaram mercados do lado de fora dos muros, a fim de trocar e comercializar seus produtos com outros feudos. Devido ao crescimento vertiginoso desses mercados, eles se transformaram em centros comerciais que deram origem aos burgos, cidades voltadas ao comércio (Vilar, 1996).

Os moradores dos burgos, chamados de burgueses, se sustentavam pelo comércio e adquiriram, por meio deste, maior autonomia com relação ao feudo, tendo as suas cidades superado em tamanho e importância o sistema feudal. O ressurgimento dos mercados possibilitou uma mudança significativa na organização da sociedade da época, sendo apontado como um dos fatores que

influenciaram a passagem da Idade Média para o que denominamos de modernidade, entre os séculos XV e XVI (Marcondes, 1997, p. 154).

No século XVI, quando a burguesia já havia conquistado significativo desenvolvimento econômico, a maioria das aristocracias europeias passaram a concedê-la reconhecimento social e político. Os burgueses de significativo poder econômico foram incorporados em quase todas as sociedades de corte, assumindo seus costumes e hábitos. À diferença do que ocorreu nas demais sociedades europeias, especificamente na Alemanha, os aristocratas recusaram a mistura entre a sua classe social com a ascendente classe burguesa. Como forma de se distanciar e evitar a relação com os burgueses, a aristocracia alemã monopolizou os cargos mais altos e prestigiosos da organização pública e política da sociedade e optou por falar quase exclusivamente em francês. Quando falavam ou escreviam em alemão, os aristocratas utilizavam um grande número de palavras francesas como forma de indicar que não compartilhavam da língua considerada grosseira da plebe (Elias, 1994).

Sem espaço na esfera pública e política da sociedade alemã, aqueles burgueses que tinham alto poder aquisitivo buscaram se autoafirmar na sociedade pela via do conhecimento. A fim de que os seus filhos tivessem um lugar de destaque social para além influência econômica que já possuíam, a alta burguesia alemã passou a investir muito do seu poder econômico nas universidades entre os séculos XVIII e XIX (Elias, 1994).

A classe média burguesa alemã formada nas universidades desenvolveu a noção de *Kultur* (cultura) enquanto um bem adquirido pelo conhecimento e pelo refinamento das atividades artísticas e intelectuais. O meio encontrado pela burguesia para se legitimar e se distinguir na sociedade alemã foi denominando a si mesma como detentora de *Kultur*, como uma classe fundamentada na inteligência (*intelligentsia*), na valorização das artes, da filosofia, da poesia, da literatura e das ciências. Em contrapartida, os hábitos e costumes de civilidade dos aristocratas foram ridicularizados pelos burgueses, por estes considerarem-nos demasiadamente superficiais e vazios. A rivalidade entre burgueses e aristocratas na Alemanha foi descrita por Elias (1994) com as seguintes palavras

No topo, por quase toda a Alemanha, situavam-se indivíduos ou grupos que falavam francês e decidiam a política. No outro lado, havia uma *intelligentsia* de fala alemã que de modo geral nenhuma influência exercia sobre os fatos políticos. De suas fileiras saíram basicamente os homens por conta dos quais a Alemanha foi chamada de

terra de poetas e pensadores. E deles, conceitos como *Bildung* (crescimento pessoal) e *Kultur* receberam seu cunho e substância especificamente alemães (p. 33-34).

Da rivalidade entre a aristocracia e a classe média burguesa formada nas universidades se originou uma tradição de pensamento alemão em que o debate entre *Kultur* e *Zivilisation* era definidor do modelo de sociedade almejado por cada classe social. De um lado, os aristocratas almejavam uma Alemanha moldada a partir dos códigos de etiqueta e regras da corte francesa; do outro lado, os escritores, filósofos e poetas burgueses almejavam uma sociedade moldada a partir da reflexão profunda sobre si mesmo e sobre o seu lugar na sociedade (Elias, 1994, p. 33-34).

A classe média intelectual burguesa desprezava as preocupações da aristocracia e compreendia as aparências da civilização como algo secundário. É mais importante cultivar pensamentos, valores e virtudes do que demonstrar ao outro que se é civilizado. Por meio da noção de aperfeiçoamento (*Bildung*), os poetas, escritores e filósofos acreditavam aperfeiçoar a *Kultur* que seria capaz de unificar o sentimento e o interesse do povo alemão em torno de uma identidade original, distinta dos demais Estados europeus que reproduziam o modelo de sociedade da França (Elias, 1994, p. 25-26).

Antissemitismo e nacionalismo no contexto sociopolítico da Viena de Freud

Apesar da justificativa de Freud quanto à recusa da distinção entre *Kultur* e *Zivilisation*, na obra datada de 1927, alguns autores afirmam que a sua recusa tem relação com o contexto social e político da sua época, a saber, o franco crescimento do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha. Ambos os movimentos políticos tinham como traços comuns o antissemitismo, o nacionalismo e a adesão de grande parcela das massas populares aos seus projetos de poder. Segundo a hipótese de Iannini e Tavares (2020, p. 18), Freud evitou o uso restrito do termo *Kultur* devido ao desconforto político em tempos em que a população judia sofria preconceito e perseguição, sobretudo nos países de língua alemã.

De acordo com Le Rider (2002, p. 122-123), a distinção entre *Kultur* e *Zivilisation* em Freud pode ser lida de modo discreto, como uma escolha formal do autor de termos que seriam sinônimos, mas também pode ser lida como sendo uma escolha carregada de sentido. No primeiro caso, a questão dizia respeito ao problema de tradução e de escolha de termos para tratar dos problemas da

sociedade. Ambos seriam sinônimos e caberia ao autor escolher um deles para escrever. No segundo caso, leva-se em consideração a forte animosidade e a sensação de descontentamento dos autores europeus com o termo *Zivilisation* (civilização) após a destruição causada pela Primeira Guerra Mundial. Segundo Le Rider (2002, p. 121), a leitura que considera o sentido sociopolítico da Europa de Freud e a escolha pelo termo *Kultur* deve ser priorizada, sobretudo na leitura da obra *O Mal-estar na cultura*.

No final da década de 1920, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, mais conhecido como Partido Nazista, havia conquistado um espaço significativo na cena política alemã. O projeto político do Partido consistia na defesa da soberania da Alemanha, na proteção da economia e da indústria nacional frente aos avanços do capitalismo capitaneados pelos Estados Unidos da América. O partido assumiu a pauta da reconstrução de uma identidade nacional genuinamente germânica e da eliminação de elementos culturais considerados degenerados, sobretudo os elementos da cultura judaica (Silva, 2010).

Cabe salientar que foi a partir da segunda metade do século XIX, que os critérios de raça foram cunhados, com a finalidade de distinguir os diferentes povos. Predominou no pensamento acadêmico, sociológico, médico e científico a noção de que alguns povos seriam povos de cultura e outros, apenas civilizados. Em 1857, Herbert Spencer, filósofo e biólogo inglês, criou o darwinismo social, uma teoria que tinha como pressuposto a superioridade de umas raças humanas sobre as outras. Para o cientista, algumas raças apresentam traços de degeneração, sobretudo as raças miscigenadas, consideradas impuras. Estas estariam fadadas ao fracasso social (Silva & Silva, 2009, p. 133).

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918, o conceito de raça do darwinismo social serviu de fundamento científico para alguns projetos políticos nacionalistas. Na Alemanha Nazista (1933-1945), uma vanguarda composta por professores, escritores, poetas e artistas retratou a produção artística e intelectual dos povos não germânicos, inclusive ingleses e franceses, como promíscua e herética, traços de degeneração (Silva, 2010). A vanguarda nazista considerava que o homem europeu foi retratado pelas demais nações como fraco, conflituoso e de pouco valor, enquanto o homem ariano era idealizado como “saudável, forte, criativo e deveria apreciar a limpeza e a beleza das formas. Este homem era personificado em esculturas e outras obras de arte que retomavam os padrões da antiguidade clássica” (Silva, 2010, p. 202).

A contraposição a esse modelo de homem ariano foi encarnada na figura do judeu. O povo judeu foi representado como “degenerado, integrante de um

povo sujo e deformado que disseminou o germe capitalista, povo apátrida, responsável por toda a decadência pela qual passava a Europa” (Silva, 2010, p. 202). A vanguarda nazista, fundamentada na suposta pureza da raça ariana, defendia a necessidade de proteger a cultura alemã, de preservar a pureza da sua ciência, literatura e música, principalmente da degeneração atribuída à raça judaica (Patriota, 2013, pp.245-246).

Pela propaganda ostensiva de seus ideais e propostas para a superação da crise econômica, a vanguarda nazista ressignificou a noção de cultura (*Kultur*) conforme os interesses de redefinir a identidade cultural alemã. Em outras palavras, “a vanguarda nazista, através da ênfase no nacionalismo, significou novamente, a noção de *Kultur*. Assumindo uma nova postura estética, transformou, naquele momento, a visão que o povo alemão tinha de si mesmo” (Silva, 2010, p. 203).

A ressignificação da noção de cultura no contexto político e social dos países de língua germânica no final da década de 1920 é apontada por Iannini e Tavares (2020, p. 22) como a possível causa de Freud ter recusado a distinção entre cultura (*Kultur*) e civilização (*Zivilisation*). Conforme estes autores, o criador da psicanálise não se sentiu à vontade para utilizar o termo *Kultur* de forma restrita, em razão do uso político feito por uma parcela dos intelectuais alemães que concordava com a pressuposta superioridade da raça ariana com relação às demais. Em uma rara entrevista, Freud expôs seu desconforto com o antissemitismo. Vejamos as suas palavras:

Meu idioma é o alemão. Minha cultura e minhas conquistas são alemãs. Intelectualmente, me considerei alemão até perceber que os preconceitos antisemitas iam aumentando na Alemanha e na Áustria. A partir de então, deixei de considerar-me alemão. Prefiro definir-me como judeu (Freud, 1926, *apud* Viereck, 2020, p. 13).

Embora Freud tivesse como língua materna o alemão e considerasse as suas realizações intelectuais como autenticamente alemãs, com o crescimento do preconceito aos judeus e do novo modelo de nação alemã, ele passou a se definir cada vez mais como judeu. A maioria de seus correspondentes e amigos era igualmente judeus e todos foram exilados devido ao aumento da perseguição por parte do governo nazista (Jones, 1989; Roudinesco, 2016).

O interesse pelas origens do antissemitismo levou Freud a escrever sobre o tema na última década de sua vida, como observamos em suas últimas obras, entre elas a última que ele publicou, *Moisés e o monoteísmo* (1939/2023).

A publicação de sua última obra ocorreu no ano de sua morte, enquanto estava exilado, contra a sua vontade, com a sua família em Londres, fato que ocorreu devido à anexação da Áustria pela Alemanha em 1938 (Jones, 1989; Roudinesco, 2016).

A psicanálise, criada por um judeu, foi considerada pelo nazismo como uma ciência degenerada a ser expurgada da cultura alemã. Em meados de 1933, pouco depois da chegada de Adolf Hitler ao governo alemão, ocorreu na praça da ópera da cidade de Berlim o evento conhecido como a queima de livros (*Bücherverbrennung*) na Alemanha nazista. Aproximadamente vinte mil obras da literatura, da filosofia, da arte e da ciência foram queimadas sob a justificativa de conterem elementos degenerados (Jones, 1989; Roudinesco, 2016).

Exemplares de livros de autores renomados como Thomas Mann, Walter Benjamin, Bertolt Brecht, Heinrich Heine, Albert Einstein e Karl Marx foram queimados por supostamente alienar o povo alemão de sua verdadeira identidade cultural ariana e dos seus antepassados nórdicos. Exemplares da obra de Freud também foram queimados. Ao comentar o episódio, o autor de *O chiste e sua relação com o inconsciente* (1905/1996) recorreu à ironia para expressar a sua experiência com o antissemitismo e escreveu: “(...) quanto progresso! Na Idade Média, teriam me queimado; agora limitam-se a queimar meus livros” (Freud, 1933, *apud* Jones, 1989, p. 188). Neste momento o criador da psicanálise utilizou o humor para escrever o destino funesto que ele conseguia antever que recairia sobre o povo judeu e sobre a sua própria criação – a psicanálise.

O uso da noção germânica de *Kultur* por Freud, sobretudo no ensaio intitulado *O mal-estar na cultura*, datado de 1930, pode ter sido uma expressão do seu sentimento de indignação com a cultura a qual pertencia, a *Kultur* alemã (Seligmann-Silva, 2010). Ao articular a noção de mal-estar que é intrínseco à estrutura da *Kultur*, Freud pode ter expressado, silenciosamente, que nem mesmo a ressignificação da identidade nacional proposta naquele momento seria capaz de eliminar o conflito fundamental entre a pulsão de vida e a pulsão de morte. Para o autor, em qualquer cultura haverá uma espécie de mal-estar impossível de erradicar (Freud, 1930/2020).

Deste modo, a formulação da noção de mal-estar na cultura não está implicada apenas com a época de Freud ou com a sociedade ocidental, pois exprime um conflito atemporal entre a pulsão e o laço social, ou seja, um conflito que faz parte da constituição do ser humano (Oliveira, 2006). De acordo com os biógrafos de Freud, o crescimento do antissemitismo e as políticas governamentais que restringiam os direitos das populações judias são apontados como

as fontes que, provavelmente, influenciaram a escrita do ensaio sobre o mal-estar na cultura (Jones, 1989; Roudinesco, 2016).

Para Le Rider (2002, p. 134), a declaração de indiferença de Freud quanto à oposição entre os termos *Kultur* e *Zivilisation* – o que pode ser observado em *O futuro de uma ilusão*, no *Mal-estar na cultura* e na carta enviada a Einstein – não demonstra um rigor etimológico que as coloca como sinônimos, embora tivessem usos sociais distintos nos países de língua alemã, mas indica a escolha freudiana de se valer do direito de não entrar no mérito polêmico que circulava a oposição ideológica entre os termos cultura e civilização em sua época.

Em tempos de ódio, agressividade e destruição, o mais importante seria tratar da relação indissociável entre cultura e mal-estar, e buscar meios de promover a paz ou os laços necessários para que as nações pudessem evitar o conflito que poderia pôr fim a tudo o que prezamos e denominamos de cultura – a relativa boa convivência entre os homens instituída pela lei e o patrimônio cultural e histórico de inestimável valor para a humanidade.

Considerações finais

– o conflito irreduzível entre cultura e pulsão

Freud (1908/2020) já havia enunciado que “a experiência ensina que, para a maioria dos seres humanos, *existe um limite*, além do qual a sua constituição não pode obedecer às exigências da cultura” (p. 78, grifo nosso). Este limite ao qual o psicanalista se refere é a própria pulsão que não pode ser satisfeita completamente, ou seja, existe sempre algo da ordem da insatisfação e da incompletude na pulsão (Lo Bianco, 1997, p.79).

Freud (1914b/2010) define a pulsão (*Trieb*) como

um conceito fronteiriço entre o anímico e o somático, como representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo que alcançam a alma [*Seele*], *como uma medida da exigência de trabalho imposta ao anímico* em decorrência de sua relação com o corporal (p. 32, grifo nosso).

Uma das características da pulsão é a força constante (*Konstant Drang*), isto é, ela está incessantemente a exigir que o aparelho anímico opere no sentido de buscar satisfação. Pelo fato da pulsão ter como fonte (*Quelle*) o somático, ou seja, o interior do organismo, não há meios eficazes de fazê-la interromper a pressão constante sobre o aparelho anímico.

No primeiro momento da elaboração teórica da pulsão, Freud (1905/2016) a postulou sob a forma de pulsão sexual (*Sexualtrieb*) regida pelo princípio de prazer (*Lustprinzip*). Na vida anímica, o princípio de prazer funciona de modo a impelir o organismo a buscar sensações de prazer e a evitar as que causam desprazer. Ele cumpre a função de garantir a continuidade da vida da espécie.

No segundo momento da elaboração teórica da pulsão, Freud (1920/2021) postulou uma nova descoberta sobre a pulsão, a sua natureza conservadora. Segundo o autor, cada estado atingido pelo organismo gera imediatamente uma tendência ao restabelecimento do estado anterior, independentemente de ele ter sido ou não satisfatório. Partindo do princípio de que o estado orgânico surgiu posteriormente ao estado inorgânico, Freud aponta que há uma tendência do que é vivo a retornar a este estado original de não vivo. Essa tendência seria governada por um princípio anterior ao e independente do princípio de prazer. Chamado de princípio do Nirvana (*Nirwanaprinzip*), este seria responsável por forçar o aparelho anímico a reduzir ao menor nível as excitações psíquicas, tendendo à nulidade. Isto seria feito pelo desligamento total das tensões do aparelho anímico com o mundo. Tal estado de mínima ou nenhuma perturbação psíquica seria, em última análise, análogo ao estado de morte.

No primeiro dualismo pulsional postulado por Freud (1914a/2010), contrastavam as pulsões do Eu (*Ichtriebe*), autoconservadoras, e as pulsões sexuais (*Sexualtriebe*), que têm como um de seus atributos a multiplicação e a perpetuação da espécie. A partir do artigo de 1920, estas duas classes pulsionais foram agrupadas sob o título de pulsão de vida (*Lebenstrieb*), tendo em vista que ambas cumprem com o propósito de levar a vida da espécie adiante. As pulsões de destruição e de agressividade foram agrupadas sob a classe de pulsão de morte (*Todestrieb*). Esse novo dualismo pulsional entre a pulsão de vida (Eros) e a pulsão de morte (Tanatos) possibilitou à psicanálise entender melhor como o aparelho anímico (*seelische Apparat*) funciona. Sob a regência do princípio do prazer, a pulsão de vida aumenta a quantidade de estímulos no aparelho, e, sob a regência do princípio de Nirvana, a pulsão de morte trabalha para a sua redução (Freud, 1920/2021).

Freud (1930/2020) reconhece que a cultura (*Kultur*) não consegue ter domínio pleno sobre a força das pulsões, sobretudo da pulsão de morte. A relação do ser humano com o laço social é marcada pela tensão permanente entre a força constante da pulsão e as exigências culturais. Desse modo, Freud reconheceu que a cultura (*Kultur*) é inseparável do conflito entre os dois poderes celestes, Eros e Tânatos.

Herdeiro, a um só tempo, do pensamento científico e do movimento romântico (Lo Bianco, 2002; 2003), Freud operou uma inflexão original na noção germânica de cultura (*Kultur*). Consideramos que sua reflexão em torno da cultura é tecida a partir de sua experiência analítica, isto é, a partir da teoria da clínica psicanalítica e da metapsicologia, sobretudo da doutrina das pulsões, tratando dos conflitos irredutíveis entre a pulsão que é constitutiva do sujeito e as exigências provenientes do laço social. Para isso, Freud utiliza o termo *Kultur*, que era utilizado de forma corrente na língua alemã e exprimia os esforços dos intelectuais e burgueses germânicos em diferenciarem a sua identidade cultural das demais culturas europeias, como constatamos a partir dos trabalhos de Elias (1993; 1994; 1997).

Contudo, consideramos ainda que Freud utilizou o termo cultura (*Kultur*) operando uma inflexão original nesta noção, que é distinta da forma como era empregado por alguns intelectuais da época e por alguns de seus correspondentes. De acordo com Freud (1930/2020), a cultura é, ao mesmo tempo, o esforço conjunto das realizações artísticas e intelectuais e das atividades civilizatórias que buscam o controle das ações através da regulamentação da vida em comunidade.

Portanto, ao traduzir o termo germânico *Kultur* para o termo correlato em português “cultura”, é necessário respeitar o sentido conferido por Freud a esta noção, pois ela abrange o sentido do termo civilização (Seligmann-Silva, 2010; Iannini & Tavares, 2020). Tanto o domínio sobre as forças da natureza quanto a regulamentação da vida em comunidade cumprem, conjuntamente, com o propósito de manter o homem civilizado afastado da sua condição animal original (Freud, 1927/2020).

A cultura (*Kultur*) não é uma conquista definitiva que ocorreu em tempos longínquos na história da humanidade, em que a civilização, ou ainda o surgimento das primeiras comunidades humanas, significou a superação permanente da vida primitiva. Na dimensão psíquica, há um princípio de conservação em que os estados anteriores são preservados nos posteriores. Portanto, é possível observar na vida anímica do homem civilizado (*Kultur Mensch*) elementos da vida dos povos primitivos (Freud, 1930/2020).

Portanto, Freud não compartilha da perspectiva sobre a história da humanidade que a divide por etapas, em que uma significaria a superação da anterior. Para ele, a cultura se caracteriza como um constante trabalho de cultura (*Kulturarbeit*), o qual todos os seus integrantes realizam no sentido de manter represados os impulsos primitivos. O antagonismo entre as exigências culturais

e as exigências incessantes das pulsões sobre o aparelho anímico gera, no homem (*mensch*), uma inevitável sensação de mal-estar (*Unbehagen*) na cultura (Freud, 1930/2020).

Consideramos que, ao reconhecer como irreduzível o conflito entre as exigências da cultura e das pulsões, Freud preservou a psicanálise tanto das concepções de progresso (*progrès*) do positivismo científico quanto da noção de aperfeiçoamento (*Bildung*) dos poetas românticos (Lo Bianco, 2002).

Para Freud (1930/2020), a cultura (*Kultur*) se mantém por meio de um conflito intransponível e constante entre a força incessante da pulsão e as exigências de renúncia pulsional. Desse modo, o criador da psicanálise não concebe a *Kultur* por via da supervalorização das conquistas do ser humano sobre a natureza, ao mesmo tempo em que é bastante rigoroso para que a sua ciência psicanalítica não fosse confundida com qualquer corrente filosófica ou sociológica, seja esta romântica, naturalista ou positivista (Lo Bianco, 1997).

Freud and the historical debate about the distinction between Kultur and Zivilisation in German thought: a theoretical study

Abstract: This article aims to present how Freud conceives in his work the notion of culture (Kultur), marked by a traditional debate in German thought. We will present how the Germans distinguished culture (Kultur) and civilization (Zivilisation) and we will seek to discuss the political and theoretical reasons that led Freud to refuse such a distinction so dear to German intellectual thought. This theoretical study aims to demonstrate the specificity of Freud's use of the notion of Kultur in a social context of rapid growth in anti-Semitism and extremism against Jews.

Keywords: Psychoanalysis; History; German thought; culture (Kultur); civilization (Zivilization).

Freud y el debate histórico en torno a la distinción entre Kultur y Zivilización en el pensamiento germánico: un estudio teórico

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar cómo Freud concibe en su obra la noción de cultura (Kultur), marcada por un debate tradicional en el pensamiento alemán. Presentaremos cómo los alemanes distinguían cultura (Kultur) y civilización (Zivilisation) y trataremos de discutir las razones políticas y teóricas que llevaron a Freud a rechazar tal distinción tan cara al pensamiento intelectual alemán. Este estudio teórico tiene como objetivo demostrar la especificidad del uso que hace Freud de la noción de Kultur en un contexto social de rápido crecimiento del antisemitismo y el extremismo contra los judíos.

Palabras-clave: Psicoanálisis; Historia; pensamiento germánico; cultura (Kultur); civilización (Zivilization).

Referências

- Comte, A. (2005). *Os pensadores*. Nova Cultural.
- Durant, W. (1996). *A história da filosofia*. Abril Cultural.
- Elias, N. (1997). *Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Zahar.
- Elias, N. (1994). *O processo civilizador. Volume 1: Uma história dos costumes*. Jorge Zahar Editor.
- Elias, N. (1993). *O processo civilizador. Volume 2: Formação do Estado e Civilização*. Jorge Zahar Editor.
- Freud, S. (2023). *Moisés e o monoteísmo*. Trad. Inês A. Lohbauer. Martin Claret. (Trabalho original publicado em 1939).
- Freud, S. (2020). *Além do princípio de prazer*. Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Autêntica. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (2020). A moral sexual “cultural” e a doença nervosa moderna. In S. Freud. *Cultura, sociedade e religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. (pp. 65-98). Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Autêntica. (Trabalho original publicado em 1908).
- Freud, S. (2020). O futuro de uma ilusão. In S. Freud. *Cultura, sociedade e religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. (pp. 233-298). Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Autêntica. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (2020). O futuro de uma ilusão. In S. Freud. *Cultura, sociedade e religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. (pp. 233-298). Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Autêntica. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (2020). O mal-estar na cultura. In S. Freud. *Cultura, sociedade e religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. (pp. 305-410). Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Autêntica. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. & Einstein, A. (2020). Por que a guerra? In S. Freud. *Cultura, sociedade e religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. (pp. 421-444). Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Autêntica. (Trabalho original publicado em 1933).
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In Freud, S. *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos*. (pp. 13-50). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1914a).
- Freud, S. (2010). Os instintos e seus destinos. In Freud, S. *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos*. (pp. 51-81). Companhia das Letras (Obra original publicada em 1914b).
- Iannini, G. & Tavares, P. H. (2020). Para ler o mal-estar (Apresentação). In Freud, S. *Cultura, sociedade e religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. (pp. 7-31). Autêntica.
- Jones, E. (1989). *A vida e a obra de Sigmund Freud* (3 vols.). Imago.
- Lacan, J. (1988). *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Zahar. (Trabalho original realizado entre 1959-1960).

- Le Rider, J. (2002). Cultivar o mal-estar ou civilizar a cultura? In: *Em torno de O mal-estar na cultura*. Escuta.
- Lo Bianco, A. C. (1997). A *Bildung* alemã e a cultura em Freud. In: *Cultura da ilusão* (pp.55-80). Contra Capa Livraria.
- Lo Bianco. (2002). Freud: entre o movimento romântico e o pensamento científico do século XIX. *Psychê*, 6 (10), 149-160.
- Lo Bianco (2003). Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. *Psico-USF*, 8 (2), 115-123.
- Marcondes, D. (1997). *Iniciação à história da filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Zahar.
- Moura, C. (2009). O advento dos conceitos de cultura e civilização: sua importância para a consolidação da autoimagem do sujeito moderno. *Filosofia Unisinos*, 10 (2), 157-173.
- Oliveira, J. S. (2006). *Do mal-estar na cultura ao mal-estar estrutural: considerações sobre o advento da modernidade e o sujeito analítico*. [Dissertação de Mestrado]. Programa de pós-graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Patriota, R. C. (2013). Richard Wagner e o romantismo alemão. *Princípios Revista de Filosofia*, 20 (34), 239-252.
- Roudinesco, E. (2016). *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo*. Zahar.
- Seligmann-Silva, M. (2010). A cultura ou a sublime guerra entre amor e morte. In Freud, S. *O mal-estar na cultura*. L & PM.
- Silva, R. A. C. (2010) Vanguarda nazista: o Nacional-Socialismo compreendido através da assimilação alemã da modernidade. *Revista Ensaios de História*, 15 (1/2), 195-203.
- Silva, K. V. & Silva, M. H. (2009) *Dicionário de conceitos históricos*. 2 ed. Contexto.
- Viereck, G. S. (2020). Memória: O valor da vida (Uma entrevista rara de Freud). Trad. Paulo César Souza. *Revista IDE*, 42 (69), 11-15. (Trabalho original publicado em 1926).
- Vilar, P. (1996). A transição do feudalismo ao capitalismo. In: Santiago, T. (Org.). *Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica* (pp.37-49). Contexto.

Recebido: 18/11/2023.

Aceito: 07/02/2024.

Gabriel Crespo Soares Elias
gabrielcrepo@id.uff.br